
Redes intersetoriais de atendimento: estado da arte

Intersectoral service networks: state of the art

Palloma Rosa Ferreira^a, Diego Neves de Sousa.

^aUniversidade Federal do Tocantins. E-mail: palloma.rosa.ferreira@gmail.com

Resumo: O presente trabalho objetivou analisar o que tem sido apresentado nos artigos sobre redes intersetoriais de atendimento. Para isso, realizou-se um estado da arte, abrangendo o período de 2008 a 2018 e utilizando bases de dados como Capes e Oasis. Os descritores usados foram "rede intersetorial", "rede de assistência", "rede de atendimento" e "rede de serviços". A pesquisa se concentrou em redes formadas por organizações governamentais e não governamentais que oferecem serviços variados à população, com foco em artigos de periódicos. Após a triagem, 28 artigos foram selecionados para análise. Utilizou-se o software Iramuteq para examinar os resumos e conclusões dos artigos, identificando as principais temáticas, autores mais citados, periódicos de destaque, métodos predominantes e áreas de pesquisa. Os resultados indicaram desafios na comunicação e coordenação entre as organizações que compõem as redes intersetoriais, levando à fragmentação dos serviços e impedindo a oferta de assistência integral ao público-alvo. A falta de capacitação em temas relacionados a redes também se mostrou como um obstáculo ao pleno funcionamento dessas estruturas. Em resumo, os artigos analisados destacam a importância de superar as barreiras existentes para melhorar a eficácia das redes intersetoriais de atendimento.

Palavras-chave: Redes intersetoriais; direito social; políticas públicas; grupos sociais.

Abstract: This study aimed to analyze what has been presented in articles about intersectoral service networks. To do so, a state-of-the-art analysis was conducted, covering the period from 2008 to 2018 and using databases such as Capes and Oasis. The descriptors used were "intersectoral network," "care network," "service network," and "service network." The research focused on networks formed by government and non-governmental organizations that provide diverse services to the population, with a focus on journal articles. After screening, 28 articles were selected for analysis. The Iramuteq software was used to examine the abstracts and conclusions of the articles, identifying the main themes, most cited authors, prominent journals, predominant methods, and research areas. The results indicated challenges in communication and coordination among the organizations that make up the intersectoral networks, leading to the fragmentation of services and hindering the provision of comprehensive assistance to the target audience. The lack of training in topics related to networks also emerged as an obstacle to the full functioning of these structures. In summary, the analyzed articles emphasize the importance of overcoming existing barriers to improve the effectiveness of intersectoral service networks.

Keywords: Intersectoral networks; social rights; public policies; social groups.

Submetido em: 13/11/2023.

Aceito em: 12/03/2024.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, na segunda metade da década de 1980, em um cenário de democratização do país, ocorreu um movimento de redefinição do relacionamento estabelecido entre o Estado e a sociedade, na busca por mudança de concepção do que era considerado como carência, para o que passou a ser identificado como direito. A Constituição Federal de 1988, consagrou direitos sociais essenciais à população e que deveriam ser garantidos pela ação do Estado (Inojosa, 1998).

Não obstante, houve a concretização de um aparato governamental hierarquizado, com estrutura vertical, em que as decisões eram tomadas no topo e não na base, no sentido top-down, nem sempre respondendo às necessidades da população. Neste cenário, como acentua Inojosa (2001), verifica-se a promoção de políticas públicas assistencialistas de cunho compensatório e de provimento de itens (Inojosa, 2001).

Assim, o advento dessas políticas não atendia de modo integral aos públicos a que se destinavam, visto que não condiziam com o modo de pensar intersetorial, que prima pela adoção de um planejamento participativo com “articulação de saberes e experiências para a solução sinérgica de problemas complexos” (Inojosa, 2001, p. 103).

Para Junqueira (1998), com a introdução gradual de descentralização na esfera estatal, ao transferir poder dos níveis centrais para os periféricos, apesar de não existir um consenso a esse respeito, a perspectiva progressista considera que o processo de descentralização ocorreu como forma de reestruturar o aparelho estatal, não com o intuito de reduzir o seu papel, mas o de torná-lo mais ágil e eficaz, com vistas a democratizar a gestão, por meio da configuração de novas instâncias de poder e com redefinição das relações entre Estado e sociedade.

Nesta direção, Pereira e Teixeira (2013) argumentam que

em meio ao discurso em prol da descentralização, as redes mostraram-se como uma modalidade de coordenação favorável à construção de parcerias em nível local, estadual e federal. (Pereira; Teixeira, 2013, p. 118).

Essa atitude como enfatizado anteriormente por Junqueira (1998) e reafirmado pelas autoras, não significa ausência do Estado ou falta de comprometimento perante as demandas sociais, mas o entendimento de que existe uma necessidade de compartilhamento de responsabilidades entre entes governamentais, em relação aos direcionamentos dos

recursos e de poder de decisão, de pactuação e de articulação que, se associada às redes intersetoriais de políticas públicas, será capaz de uma intervenção totalizante, rompendo a fragmentação e a setorialidade das políticas sociais. (Pereira; Teixeira, 2013, p. 118).

Como é destacado por Gonçalves e Guará (2010), os indivíduos se encontram em meio a uma nova realidade, mais complexa, que ocasionou importantes alterações no modo como a sociedade passou a ser organizada, com efetivação de articulações concretizadas através de parcerias e por redes, contando com a participação e envolvimento conjunto da sociedade civil organizada, órgãos do governo e empresas privadas.

Com a introdução gradual e constante das Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) na sociedade houve mudanças significativas nos mais variados campos da vida social, afetando não somente o âmbito econômico, mas também novas formas de interação entre Estado e sociedade civil. Nesse cenário de modificações da sociedade em redes, os governos locais tornam-se possíveis agentes de transformação, por meio da concretização de experiências de articulação entre representantes do

governo, de movimentos sociais e da sociedade civil.

Deste modo, despontam na sociedade algumas experiências em redes, dentre estas as identificadas como redes intersetoriais – ou conhecidas como redes de atendimento, de assistência ou serviços, entre outras denominações – como poderá ser observado nas publicações que serão apresentadas no decorrer deste artigo. Apesar das distintas denominações, são constituídas com o objetivo de responder às demandas de diferentes grupos sociais ou identitários, com a proposta de coparticipação e compartilhamento de responsabilidade entre entes governamentais e não governamentais.

Diante da constituição destes arranjos na sociedade, pretende-se localizar através de pesquisa em periódicos científicos, as produções mais atuais sobre as redes acima mencionadas. O objetivo é analisar os aspectos que estão presentes nestas publicações, com destaque para: o ano de publicação; a frequência de produções por autor; os periódicos e a classificação no Qualis Capes; a metodologia empregada e o principal foco destas produções; aspectos que serão apresentados de forma pormenorizada nos próximos tópicos. Foi utilizado como método de investigação o Estado da Arte, e o uso do software Iramuteq, versão 0.7, alpha 2 (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), por oferecer suporte significativo na organização e codificação dos dados.

2 REDES INTERSETORIAIS DE ATENDIMENTO E SUAS CORRELAÇÕES

As redes intersetoriais surgem em um cenário de intensificação das TICs, e, ainda que Castells (2010) afirme ser uma velha forma de organização social, o próprio autor salienta que as redes têm o seu potencial de atuação ampliado, sobretudo

devido aos avanços tecnológicos obtidos em escala mundial. Além das propostas neoliberais e do modo de produção capitalista que influenciam a atuação do mercado, bem como impactam diretamente às ações do Estado e à forma como os sujeitos sociais se relacionam e se organizam em respostas às demandas de ordem social.

Assim, e por apresentarem maiores possibilidades de conectividade entre os sujeitos sociais, presencia-se atualmente a constituição de tais arranjos em vários âmbitos na sociedade, ocorrendo, por exemplo, a conformação de redes na busca de aprimoramento econômico entre empresas, até mesmo países, no intuito de melhorar a capacidade competitiva e obter maior retorno financeiro; como estratégia política, por meio de alianças ou como estratégia de ordenamento social, em que a proposta de rede passa a ser adaptada em resposta às demandas sociais.

Assim, as redes configuram-se como

instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e a adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo (Castells, 2010, p. 566).

Nesta linha de pensamento, Inojosa e Junqueira (2008), ressaltam que os sujeitos sociais têm inúmeras possibilidades de articulação por meio das redes, encorajados por possuir visões e objetivos semelhantes e compartilhados, que permitem introduzir mudanças no ambiente em que estão inseridos. Assim, as redes podem ser também espaços de acolhimento de sujeitos autônomos, com identidades específicas, imersos em relacionamentos não hierárquicos, concretizados por meio de parcerias, em que se podem articular diferentes saberes,

bem como experiências e poderes, com possibilidades de aprimorar o desenvolvimento de ações, em resposta às complexas demandas da gestão social. Os autores acrescentam que

a sociedade vem fazendo esse aprendizado de operar em rede, ainda que, para isso, tropece frequentemente nas velhas estruturas de poder e na fragmentação dos saberes e práticas (Inojosa, Junqueira, 2008, p. 178).

Isto posto, verifica-se que é um desafio para a sociedade contemporânea o domínio dessas novas tecnologias e sua apropriação como instrumento na vida cotidiana.

Com o incremento de constituição de redes em vários âmbitos, destacando as ocorridas em resposta às demandas de ordem social, Gohn (2010) destaca que no Brasil tem aflorado uma tentativa de apresentar uma nova imagem sobre as ações civis, diferentes das que foram expressas pelos movimentos sociais na década de 1980. O discurso que se apresenta está assentado na concepção de tomada de atitudes mais propositivas, expressas por meio do incentivo à articulação em redes, como garantia de sobrevivência. Neste sentido, compõe a sociedade civil a presença de novos sujeitos sociais, com a intensificação de criação de ONGs e entidades do Terceiro Setor, além do destaque para a implementação de políticas sociais públicas de caráter compensatório, elaboradas com o intuito de promover a articulação dos grupos sociais. Deste modo, o foco passa a ser deslocado de ações coletivas de natureza ideológica e política, que sobressaíram nas décadas de 1970 e 1980, com ênfase em áreas sociais como saúde, educação, moradia, para uma proposta que passou a vigorar à partir de 1990, que leve em consideração os vínculos sociais comunitários e projetos pontuais, baseados em critérios de cor, raça, idade, dentre outros, o que faz emergir no seio da sociedade redes sociais temáticas ou identitárias, organizadas

segundo os critérios apresentados, ou seja, gênero, faixa etárias, étnicas, etc.

De acordo com Gohn (2010), é preciso levar em consideração que, com a prevalência de defesa dos interesses grupais potencializados por meio das redes, perde-se um maior diálogo entre os grupos sociais, visto que lutam de forma isolada pela sua causa particular, diminuindo o poder de reivindicação e de coesão às demandas sociais que perpassam todos os grupos.

Inojosa e Junqueira (2008) também salientam a respeito dessa ação da sociedade civil organizada em torno dos grupos identitários, que apesar de apresentar poder de vocalização, registrando suas demandas no âmbito da sociedade e do Estado, a viabilização dessa arquitetura não necessariamente inclui os grupos que se encontram em situação de maior fragilidade, excluídos assim do direito de voz. Por isso, enfatizam a necessidade de desenvolver um trabalho transdisciplinar e intersetorial, e assim salientam que

[...] o modelo de operar em rede, articulando serviços públicos em um dado território, dá frutos no sentido da efetividade da ação do Estado, mas não é suficiente para realizar uma gestão social transformadora, capaz de romper a espiral de perdas e de propiciar a geração e o usufruto mais equânime e com paz das riquezas materiais e imateriais da sociedade. É preciso envolver muitos segmentos da sociedade para firmar uma decisão coletiva de reduzir as desigualdades (Inojosa; Junqueira, 2008, p. 178).

Neste entendimento, o trabalho intersetorial requer uma articulação em rede que compreende ações de várias políticas públicas, discussão acerca dos aspectos jurídicos referentes ao processo, além de aspectos político partidários que precisam ser superados ou mesmo geridos na consolidação desses arranjos, o que torna a proposta de intersetorialidade e a integralidade presentes nas políticas e serviços públicos, desafiador, sobretudo em relação à gestão destas redes (Silva;

Junqueira, 2016). Haja vista que esta nova estrutura de atuações pode gerar oportunidades, mas também em contrapartida constrangimentos, que precisam ser equilibrados nos processos de gestão destes recentes tipos de arranjos em redes.

Por outro lado, as alterações apresentadas no contexto da sociedade em rede, tem como pano de fundo o regime neoliberal, que apregoa a necessidade de implantação de um Estado Mínimo, objetivando a descentralização política. Autores como Amorim e Teixeira (2017), ressaltam que diante das atuais demandas sociais e perante esta conjuntura de desresponsabilização do Estado, acende na sociedade novas estratégias de intervenção e gestão pública, preconizando uma gestão que ande na contramão da burocratização e setorialização, visualizadas na atuação de Estados intervencionistas, em direção a formas mais participativas e descentralizadas, com ênfase de desempenho concretizado por meio da gestão em redes.

Assim é passível de refletir até que ponto um Estado neoliberal, que governa apoiado em uma gestão enxuta, ágil e de baixo custo, consegue responder as demandas sociais, que são universais. Para tanto, a proposta é de uma nova conformação que utilize como estratégia a colaboração de recursos e serviços de parceiros, como empresas privadas, Ongs, sociedade civil e de movimentos sociais, ficando a cargo da esfera governamental a responsabilidade de regular e coordenar às redes políticas, constituída em benefício de algum grupo identitário (Amorim; Teixeira, 2017).

Neste movimento de concepções duais, que como destaca Moura e Silva (2008) estão presentes em número expressivo de literaturas que se interessam em aprofundar nos estudos sobre processos participativos entre a

sociedade civil versus Estado – não consegue dar conta de uma relação

que é constitutiva de ambos os “pólos” e, em muitos aspectos, dos limites fluidos e imprecisos que separam sociedade civil e Estado (Moura; Silva, 2008, p. 47).

O incentivo é então para que se coloque em prática na sociedade a formação de redes intersetoriais, que são compostas por pessoas e organizações de natureza privada e pública de distintas áreas, que se unem com o objetivo de responder às demandas de determinados grupos sociais de modo integrado, conseguido por meio da otimização dos recursos disponíveis, devido ao compartilhamento das responsabilidades de oferta de serviços aos usuários (Junqueira, 2016).

3 METODOLOGIA

Na intenção de responder ao objetivo deste trabalho, de analisar o que tem sido apresentado nos artigos sobre redes intersetoriais de atendimento, optou-se por realizar o estado da arte, ao possibilitar obter um levantamento sobre tais redes, dentre o que foi produzido no período de 2008 a 2018.

De acordo com Romanowski e Ens (2006) realizar o estado da arte pode representar uma contribuição significativa na construção do campo teórico de uma determinada área do conhecimento, visto que busca identificar os aportes teóricos utilizados, apontar as limitações referente ao campo em que se movimenta a pesquisa, as lacunas de sua dispersão, identificar experiências de cunho inovador, além da possibilidade de contribuir na constituição de propostas na área de estudo em questão. Os autores acrescentam que por meio deste método de investigação é possível compreender como se encontra a produção em certa área do conhecimento, por meio de pesquisas em teses, dissertações, artigos de periódicos e publicações.

Deste modo, em resposta a realização do estado da arte, a triagem dos

trabalhos ocorreu nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) e Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto - Oasis (<http://oasisbr.ibict.br/vufind/>). O Portal Capes por possuir amplo acervo, pois conta com uma significativa produção científica nacional e internacional, contemplando diferentes áreas do conhecimento, além de aquisição constante de novos conteúdos de interesse da comunidade acadêmica, engloba uma biblioteca virtual, com acervo de mais de 53 mil títulos de texto completo, 129 bases referenciais, 11 bases dedicadas excepcionalmente a patentes e, ainda, livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual (Portal de Periódicos Capes, 2018). O Portal Oasis apresenta uma plataforma digital e multidisciplinar, que congrega uma diversificada produção científica, de autores que se encontram vinculados a Institutos de Pesquisas Brasileiros e a um amplo número de Universidades.

Para realizar as pesquisas nas plataformas digitais, inicialmente o descritor utilizado foi rede intersetorial, todavia os próprios resultados serviram de critério para expandir o número de descritores de pesquisa, visto que indicavam artigos que remetiam a denominações diferentes, sobretudo rede de assistência, rede de atendimento, rede de serviços, por isso considerou-se relevante ampliar as buscar e incorporar também esses descritores. Foi possível perceber que apesar dessas distintas denominações, os artigos faziam referência às redes compostas por setores governamentais, sociedade civil organizada e organizações privadas, com incumbência de desenvolver um trabalho de forma compartilhada, em resposta às demandas de determinados grupos sociais.

Para efetivar a pesquisa dos artigos, o recorte temporal fora delimitado para o período compreendido entre os anos de 2008 a 2018, com vistas a obter um panorama do que tem sido apresentado e discutido a respeito destas redes, levando em consideração o cenário mais atual de intensificação da constituição destes arranjos na sociedade, principalmente com ampliação dos avanços tecnológicos e comunicacionais, observados em grande escala.

No decorrer das pesquisas obteve-se uma gama expressiva de resultados, filtrados através dos que apresentassem o termo rede, associado a pelo menos alguma dessas palavras - assistência, atendimento, serviço e intersetorial - presentes no título ou resumo das publicações. Outro aspecto considerado na pesquisa dos artigos foi a necessidade das produções frisarem sobre redes compostas por organizações governamentais e não governamentais, dedicadas a prestar serviços diversificados à população. E também de serem publicações especificamente de artigos em periódicos, descartando teses, dissertações e publicações em anais de eventos. Após os critérios apresentados, de filtragem das publicações encontradas, obteve-se um total de 57 artigos, dentre estes, 29 eram repetidos, permanecendo para análise um total de 28 artigos.

A análise do material obtido foi realizada da seguinte forma: primeiramente por meio da leitura das publicações, com a intenção de gerar os dados a serem sistematizados na primeira parte das discussões, apresentada na sequência. Em um segundo momento, análise textual dos resumos e conclusões, em que foi utilizado o software Iramuteq versão 0.7, alpha 2, sendo acrescentado em documentos (conhecido como corpus), o que possibilitou a identificação das palavras mais recorrentes e com associação entre si, sobretudo correspondente a discussão do conceito "rede intersetorial de atendimento". Neste

artigo, dentre os diversos métodos de análise do corpus textual oferecidos pelo Iramuteq, será empregado o de nuvem de palavras, devido às suas características peculiares, que permite a visualização das palavras com maior relevância e importância dentro do corpus textual (Lins, 2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após os filtros estabelecidos iniciou-se uma compilação dos dados,

bem como inferência e interpretação das informações, que serão apresentados no decorrer deste tópico, com destaque para: a) ano de publicação; b) frequência de produções por autores (as); c) metodologia empregada; e) periódicos onde os trabalhos são publicados em Qualis capes correspondentes; e, por último, f) análise do conteúdo destas produções, recorrendo ao programa Iramuteq. Na sequência, no Quadro 1 consta os 28 artigos localizados, contendo título dos artigos, ano de publicação, palavras-chave utilizadas nos trabalhos e os respectivos autores (as).

Quadro 1 – Informações preliminares sobre os artigos analisados

(continua)

Artigos	Título	Ano	Palavras-chave	Autor (res)
Rede Intersetorial de Atendimento às mulheres vítimas de violência	Art 1: Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência	2010	violência contra a mulher; psicólogos; relações interprofissionais; redes comunitárias	Heloisa Hanada; Ana Flávia Pires; Lucas D'Oliveira; Lilia Blima Schraiber
	Art 2: Recursos sociais para apoio às mulheres em situação de violência em Ribeirão Preto, SP, na perspectiva de informantes-chave	2011	Violência contra a mulher; Redes comunitárias ; Apoio social; Gênero e saúde. Saúde da mulher	Manoel Antônio dos Santos; Elisabeth Meloni Vieira
	Art 3: Assistência a mulheres em situação de violência – da trama de serviços à rede intersetorial	2012	Violência contra a mulher; Redes; Direitos Humanos e sociais; Rede Setorial	Lilia Blima Schraiber; Ana Flavia Pires; Lucas d'Oliveira; Heloisa Hanada; Ligia Kiss
	Art 4: Prevenção da violência contra mulheres: desafios na articulação de uma rede intersetorial	2012	Violência contra a mulher; Intersetorialidade ; Rede Social .	Patrícia Krieger Grossi; Jaina Raqueli Pedersen; Jaqueline Goulart Vincensi; Sônia Maria A. F. Almeida
	Art 5: Mulher em situação de violência: limites da assistência	2013	Violência contra a mulher; Profissional de saúde; Programa Saúde da Família; Rede social	Ethel Bastos da Silva; Stela Maris de Mello Padoin; Lucila Amaral Carneiro Vianna.
	Art 6: A Configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica	2013	Redes Sociais ; Relações de Gênero; Violência contra a mulher; Estudos Qualitativos.	Maria de Lourdes Dutra; Paula Licursi Prates; Eunice Nakamura; Wilza Vieira Villela
	Art 7: Rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência em Viçosa, Minas Gerais	2014	Violência Contra a Mulher; Rede Protetiva não especializada ; Lei Maria da Penha.	Daniela Leandro Rezende; Luciana Vieira Rubim Andrade

Quadro 1 – Informações preliminares sobre os artigos analisados

(continua)

Artigos	Título	Ano	Palavras-chave	Autor (res)
Rede Intersetorial de Atendimento às mulheres vítimas de violência	Art 8: Curto-Circuito, Falta de Linha ou na Linha? Redes de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres em São Paulo	2015	Lei Maria da Penha; Redes de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres ; Estado; Violência Doméstica; Feminismos	Cecília Santos; MacDowell
	Art 9: Redes de Enfrentamento da Violência contra Mulheres no Sertão de Pernambuco	2016	Mulheres Rurais; Violência; Redes de Atendimento ; Agência.	Parry Scott; Fernanda Sardelich Nascimento; Rosineide Cordeiro; Giselle Nanes
	Art 10: Perspectivas para a Humanização e Ampliação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: a Casa da Mulher Brasileira	2016	Rede de Atendimento ; Violência Contra Mulheres; Casa da Mulher Brasileira.	Grasielle Borges Vieira de Carvalho; Patrícia Tuma Martins Bertolin
	Art 11: A rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência, no município de Viçosa/MG	2016	Violência; Gênero.	Cláudia Maria Ferreira Silva; Ângela Maria Miguel
	Art 12: Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência	2017	Violência Contra Mulheres; Políticas de Enfrentamento à Violência; Processo de Trabalho. Humanização da atenção.	Elisabeth Meloni Vieira; Mariana Hasse
	Art 13: Experiências de mulheres em situação de violência em busca de atenção no setor saúde e na rede intersetorial	2018	Violência Contra a Mulher; Atenção à Saúde; Intersetorialidade .	Joannie dos Santos Fachineili Soares; Marta Julia Marques Lopes
Rede Intersetorial de Atendimento aos Idosos.	Art 14: Rede de proteção aos idosos do Rio de Janeiro: um direito a ser conquistado	2008	Violência; Idosos; Redes de Proteção ; Direitos do Idoso.	Edinilsa Ramos de Souza; Adalgisa Peixoto Ribeiro; Soraya Atie; Amaro Crispim de Souza; Christiane da Cunha Marques
	Art 15: Percepções de gestores e profissionais de saúde sobre a atenção aos idosos vítimas de violências no município do Rio de Janeiro (RJ, Brasil)	2010	Violência; Saúde do Idoso; Serviços de Saúde.	Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti; Edinilsa Ramos de Souza
	Art 16: Rede de suporte social do idoso atendido por equipes de Saúde da Família	2011	Apoio social, Idoso, Saúde da Família.	Márcia Regina Martins Alvarenga; Maria Amélia de Campos Oliveira; Marisa Accioly Rodrigues Domingues; Fernanda Amendola; Odival Faccenda
Rede Intersetorial de Atendimento às Crianças e Adolescentes	Art 17: Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social	2011	Rede de Apoio ; Fator de Proteção; Vulnerabilidade Social; Família.	Normanda Araujo de Moraes; Sílvia Helena Koller; Marcela Raffaelli
	Art 18: A Revelação de Abuso Sexual: As Medidas Adotadas pela Rede de Apoio	2011	Abuso Sexual; Rede de Apoio ; Crianças; Adolescentes.	Luísa Fernanda Habigzang; Michele da Silva Ramos; Sílvia Helena Koller
	Art 19: Os Agentes Sociais da Rede de Proteção e Atendimento no Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial	2012	Exploração Sexual, Atores Sociais, Crianças e Adolescentes, Violência.	Maria de Fátima Pereira Alberto; Ana Cristina Serafim da Silva; Vanessa Cavalcante Gomesa; Roberta Valesca Mota Santana; Ádria Melo Soares
	Art 20: Violência doméstica contra a criança e rede de proteção social: uma análise sobre articulação em rede	2012	Direitos. Criança e adolescente. Estado. Violência doméstica. Rede de Proteção .	Cássia Araújo Moraes

Quadro 1 – Informações preliminares sobre os artigos analisados

(conclusão)

Artigos	Título	Ano	Palavras-chave	Autor (res)
Rede Intersetorial de Atendimento às Crianças e Adolescentes	Art 21: Construindo a rede de cuidados em saúde mental infantojuvenil: intervenções no território	2014	Atenção Primária à Saúde; Cuidado da Criança; Saúde Mental; Terapia Ocupacional.	Luíse de Cássia Tzesnioski; Keise Bastos Gomes da Nóbrega; Maria Luiza Lopes Timóteo de Lima; Vera Lúcia Dutra Facundes
	Art 22: Atuação em rede no atendimento ao adolescente vítima de violência: desafios e possibilidades	2015	Adolescente. Violência. Rede social. Serviços de saúde. Proteção.	Gomes Gonçalves; Cláudia Fabiane; Pereira da Silva, Lygia Maria; Rodarti Pitangui, Ana Carolina; Cibele da Silva; Cintia de Santana; Marcela Virgínia
	Art 23: Rede de suporte da família da criança e adolescente com deficiência visual: potencialidades e fragilidades	2016	Apoio Social, Enfermagem Familiar, Crianças com deficiência, Baixa visão	Mayara Caroline Barbieri; Gabriela Van Der Zwaan Broekman; Renata Olzon Dionysio de Souza; Regina Aparecida Garcia de Lima; Monika Wernet; Giselle Dupas
	Art 24: Interfaces entre serviços e ações da rede de atenção psicossocial às crianças e adolescentes.	2016	Saúde Mental; Criança; Adolescente; Intersetorial. Ação	Cristiane Kenes Nunes; Luciane Prado Kantorski; Valéria Cristina Christello Coimbra
	Art 25: Rede intersetorial do Programa Saúde na Escola: sujeitos, percepções e práticas	2018	Colaboração Intersetorial; Saúde Escolar; Promoção da Saúde; Políticas Públicas.	Antônio Paulo Gomes Chiari; Raquel Conceição Ferreira; Marco Akerman; João Henrique Lara do Amaral; Kecyanne Malheiros Machado; Maria Inês Barreiros Senna
Rede Intersetorial de Atendimento aos Usuários de Drogas	Art 26: Desatando a trama das redes assistenciais sobre drogas: uma revisão narrativa da literatura	2013	Assistência à saúde; Transtornos relacionados ao uso de substâncias; Centros de tratamento de abuso de substâncias.	Pedro Henrique Antunes da Costa; Daniela Cristina Belchior Mota; Fernando Santana de Paiva; Telmo Mota Ronzani
	Art 27: As Redes Sociais no Cuidado aos Usuários de Drogas: Revisão Sistemática	2016	Redes sociais; droga (abuso); revisão de literatura	Bárbara Pereira Loures; Pedro Henrique Antunes da Costa; Telmo Mota Ronzani
Rede Intersetorial de Atendimento	Art 28: Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social	2013	Rede; Intersetorialidade; Política de Assistência Social.	Karine Yanne de Lima; Pereira; Solange Maria Teixeira

Tabela 1 – Tipos de pesquisas utilizadas nos estudos selecionados

(continua)

Tipo de Pesquisa	Nº	Técnicas de coleta de dados	Nº
Qualitativo	20	Entrevista	14
		Questionário	1
		Discussões em grupo	1
		Pesquisa-ação	2
		Pesquisa bibliográfica	4
		Pesquisa participante	2
		Pesquisa de campo	2
		Diário de campo	1
		Ecomapa	2
		Genograma	1
		Observação participante	2
Subtotal			32

Tabela 1 – Tipos de pesquisas utilizadas nos estudos selecionados

(conclusão)

Tipo de Pesquisa	Nº	Técnicas de coleta de dados	Nº
Quantitativo	2	Inserção ecológica	1
		Entrevista	1
		Questionário	1
Subtotal			3
Quanti-qualitativo	06	Questionário	4
		Pesquisa documental	4
		Entrevista	3
		Observação direta	1
		Inserção ecológica	1
Subtotal		28	16

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os artigos foram separados na Figura 1 de acordo com a rede intersetorial dos grupos identitários localizados no decorrer da pesquisa; ou seja, na seguinte sequência: rede intersetorial de atendimento às mulheres; aos idosos; às crianças e adolescentes; aos usuários de drogas e, por fim, da subárea, rede intersetorial de atendimento. Os artigos foram numerados da seguinte maneira – Art 1 a Art 28, sendo que os anos de publicação dos artigos foram apresentados em ordem cronológica, em cada agrupamento.

Como pode ser visualizado na Figura 1, dentre as palavras-chave, algumas foram marcadas em negrito, no intuito de demonstrar que outras designações são dadas as redes intersetoriais, além das já mencionadas anteriormente – atendimento, assistência e de serviços – aparecem nomeações como: redes comunitárias, rede setorial, rede social, rede de proteção e rede de apoio. Essas diferentes designações podem estar relacionadas às diversas políticas públicas que são direcionadas aos grupos identitários ou sociais, não existindo uma uniformidade de nomenclatura, como constatado nos artigos analisados.

A formulação e implementação de políticas públicas e sociais direcionados a diferentes grupos sociais no Brasil e a proposta de atuação intersetorial destas

políticas, pode ter sido um aspecto que possibilitou o desencadeamento de estudos e pesquisas, com publicações presentes no decorrer do período analisado, mas ainda apresentando uma produção incipiente.

4.1 Análise das produções quanto aos tipos de pesquisas utilizadas

Por meio do Tabela 1 apresentada acima é possível identificar quais os tipos de pesquisas os autores têm recorrido e as técnicas de coleta de dados empregadas, nos 28 artigos analisados, bem como as respectivas quantidades de vezes mencionadas como sendo utilizadas nos estudos desenvolvidos.

Em relação aos tipos de pesquisa, como pode ser verificado no Tabela 1, dentre as 28 produções analisadas, 20 recorreram à abordagem qualitativa no desenvolvimento dos estudos, com emprego de 11 diferentes técnicas de coleta de dados, mas com prevalência da entrevista e da pesquisa bibliográfica. Dois artigos privilegiaram o uso da abordagem quantitativa, e como instrumentos de coleta dos dados a entrevista, o questionário e a inserção ecológica.

Em seis artigos houve menção à combinação das duas abordagens, sendo de natureza quanti-qualitativo,

recorrendo-se ao uso de questionário, entrevista, pesquisa documental, observação direta e inserção ecológica. Assim, em um mesmo estudo é possível uma correlação tanto de abordagens como de técnicas, aspecto verificado nas produções aos quais se teve acesso.

No que diz respeito aos tipos de pesquisa empregada, em quatro artigos realizou-se pesquisa bibliográfica, em dois artigos foram citados a realização da pesquisa-ação. Tzesnioski *et al.* (2014), justificaram o emprego da pesquisa-ação ao salientarem que “

se constitui na lógica entre a teoria e a prática, que vislumbra intervenção numa situação real, produzindo conhecimento útil e relevante, em que os participantes estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (Tzesnioski *et al.*, 2014).

A realização da Pesquisa Participante (PP) foi mencionada no artigo de Silva, Padoin e Vianna (2013), considerada importante por integrar o conhecimento do mundo acadêmico e da comunidade estudada, numa efetiva participação do grupo pesquisado, com intuito de contribuir com melhorias ou mudanças no contexto social da comunidade envolvida no processo.

Dentre os softwares empregados na análise dos dados, houve destaque para o uso do Microsoft Access, Microsoft Excel, Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) e Stata v. 13. A Análise de Conteúdo foi outra forma de organização dos dados, citada em 50% dos vinte artigos analisados. Para auxiliar a interpretação dos dados, alguns autores mencionaram realizar: Análise do Discurso, Análise de Narrativa, Análise Temática e Análise de Redes Sociais. Esta última foi realizada somente em um artigo, de autoria de Dutra *et al.* (2013), apesar de todas produções selecionadas tratarem de redes, não se privilegiou a análise de redes como aparato metodológico.

4.1.1 Análise das produções quanto à autoria dos trabalhos

É possível notar que as publicações ocorrem em periódicos distintos, entretanto, através da leitura dos artigos, sobressaíram discussões que se aproximaram às áreas da saúde pública e políticas públicas, ocorrendo muitas vezes a junção destas duas temáticas nos artigos analisados. Dentre os periódicos dos artigos analisados, oito foram publicados na Revista Ciência & Saúde Coletiva; três na Revista Estudos Feministas; três na Interface Comunicação, Saúde e Educação; duas na Revista de Ciências Humanas; duas na Athenea Digital (Internacional); sendo dez artigos publicados em periódicos distintos, como Serviço Social em Revista; Psicologia: Teoria e Pesquisa; Psicologia: Reflexão e Crítica; Universitas Psychologica Bogotá; Psicologia em Estudo; Interfaces Científicas - Humanas e Sociais; Revista Gaúcha de Enfermagem; Texto e Contexto (Enfermagem) e Texto e Contexto. Como pode ser observado, é relevante a publicação em periódicos cuja a área predominante é a saúde e de ciências sociais aplicadas, reafirmando o anteriormente salientado, sobre o interesse de estudiosos destas áreas, em pesquisas de redes intersetoriais de atendimento.

No que corresponde a autoria dos trabalhos analisados, dentre os quatro agrupamentos identificados, no de rede intersetorial de atendimento às mulheres vítimas de violência, as autoras Lilia Blima Schraiber; Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira e Heloisa Hanada participaram da autoria de dois artigos, sendo também autoras de referência para outros pesquisadores, inclusive dentro do agrupamento analisado. A autora Edinilsa Ramos de Souza, participou da produção de dois artigos, dentro do agrupamento rede intersetorial de atendimento aos idosos. A autora Sílvia Helena Koller, colaborou em duas produções, na parte de rede intersetorial de atendimento às crianças e

adolescentes, e dentro do agrupamento de rede intersetorial de atendimento aos usuários de drogas, Pedro Henrique Antunes da Costa e Telmo Mota Ronzani tiveram participação em duas publicações analisadas.

4.1.2 Análise do conteúdo das publicações

No decorrer das pesquisas realizadas nas plataformas digitais Capes e Oasis, identificou-se a conformação de redes intersetoriais de atendimento, como destacado anteriormente, para os seguintes públicos: crianças, adolescentes, mulheres, idosos e usuários de drogas. Assim, de acordo com os resultados da pesquisa, organizou-se o agrupamento das produções, da seguinte maneira:

- 1) Rede Intersectorial de Atendimento às Mulheres;
- 2) Rede Intersectorial de Atendimento às Crianças e Adolescentes;
- 3) Rede Intersectorial de Atendimento aos Idosos;
- 4) Rede Intersectorial de Atendimento aos Usuários de Drogas;
- 5) Rede Intersectorial de Atendimento.

Como pode ser constatado no Figura 1, dentre o conjunto de 28 artigos, o agrupamento que possui o maior número de produções é o de Rede Intersectorial de Atendimento às Mulheres, com um número de treze artigos, seguido pelo de Rede Intersectorial de Atendimento às Crianças e Adolescentes, com um total de nove artigos. Em menor número estão os

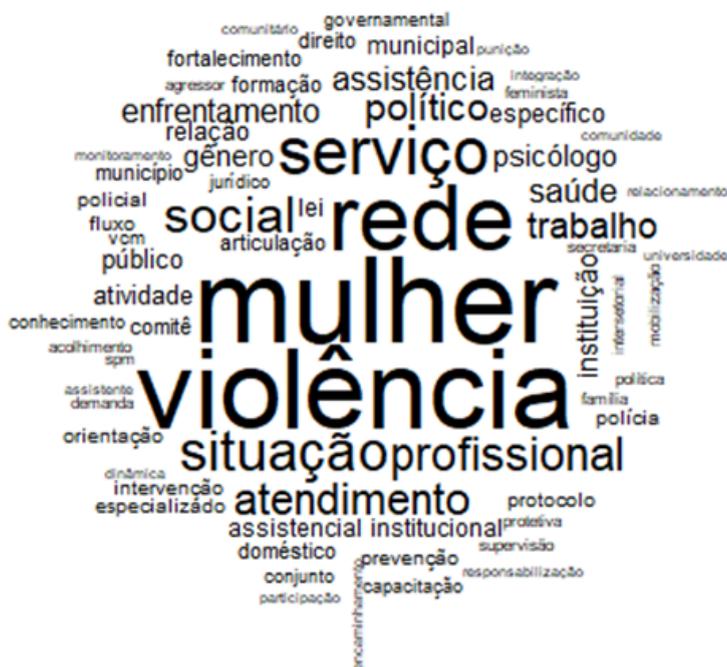
agrupamentos da Rede Intersectorial de Atendimento aos Idosos, Rede Intersectorial de Atendimento aos Usuários de Drogas e Rede Intersectorial de Atendimento, apresentando uma quantidade de três, dois e um artigo, respectivamente.

4.1.2.1 Agrupamento de Rede Intersectorial Atendimento às Mulheres

Em termos das produções, neste agrupamento, sobressaiu a abordagem dos seguintes temas, dentre as palavras-chave relacionadas nos artigos analisados: violência contra às mulheres, direitos humanos e sociais, intersectorialidade, rede social, redes comunitárias, redes de atendimento, redes de enfrentamento à violência contra mulheres, rede protetiva, apoio social, gênero e saúde, relações de gênero, Lei Maria da Penha; feminismo, relações interprofissionais. Dentre os treze artigos, doze apresentam um viés empírico, fruto de realização de pesquisas empíricas realizadas em diversas localidades no Brasil, e apenas um artigo possui viés teórico, desenvolvendo reflexões teóricas sobre as redes intersectoriais e desdobramento de seu funcionamento na sociedade, sendo de autoria de Carvalho e Bertolin (2016).

As informações contidas nos resumos e conclusões dos artigos deste agrupamento foram processadas no Iramuteq e gerou a seguinte imagem de nuvem de palavras, como apresentada na sequência (Figura 2).

Figura 2 – Nuvem de Palavras do agrupamento Rede Intersetorial de Atendimento às mulheres vítimas de violência



Fonte: Dados da Pesquisa.

O método acima (figura 2) evidencia que as palavras com maior frequência foram: mulher, violência, rede, serviço, situação, social, profissional, atendimento, político, trabalho, assistência, que apareceram respectivamente, 139, 124, 101, 69, 56, 46, 42, 41, 34, 30 e 26 vezes, na transcrição do corpus textual. A recorrência desse conjunto de palavras, demonstra o perfil destas redes sociais e corrobora com o que fora discutido pelos autores nos artigos analisados e que será apresentado na sequência, pois como trata-se de discussões a respeito do atendimento às mulheres que se encontram em situação de violência, são constituídas com o objetivo de prestar serviços profissionais a este público específico. A implementação de políticas públicas representou um passo determinante para a formação destas redes, que tem em sua composição a participação de organizações de natureza governamental e não governamental.

Assim, neste agrupamento, dos treze artigos analisados, em doze (exceto

o artigo de autoria de Carvalho e Bertolin de 2016), houve menção a uma desarticulação dos serviços prestados, não se constatando de fato a existência de uma rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, ou quando verificado algum nível de articulação, esses fluxos ocorreram de forma parcial, configurando-se em uma rede fragmentada, com significativos obstáculos para o alcance de atendimento integral às vítimas. Neste sentido, a expectativa é que o trabalho das diferentes organizações ocorra de modo interligado,

[...] para que um conjunto dado de serviços se possa atribuir a qualificação de 'rede'. A atuação em 'rede' requer, assim, um determinado modo de funcionamento, que não é dado apenas pela existência de um conjunto de serviços, pois o conjunto pode expressar só uma somatória de intervenções, com serviços justapostos cuja atuação não necessariamente estabelece alguma integração assistencial (Schraiber *et al.*, 2012, p. 237)

Alguns apontamentos apresentados por Silva, Padoin e Viana (2013) refletem o que fora retratado por outros autores deste agrupamento, em seus estudos, no que diz respeito aos aspectos que dificultam o trabalho realizado pelas redes intersetoriais de atendimento às mulheres vítimas de violência. Ao apontarem existir uma desarticulação entre os serviços da rede, devido ao descompasso de atuação de alguns setores, que por vezes não compreendem e desqualificam a agressão sofrida pela mulher, prejudicando o atendimento e o direcionamento às demais organizações da rede, sem contar o despreparo dos profissionais para trabalhar com abordagem como desigualdade de gênero e a violência contra às mulheres, como destacam: Andrade e Rezende (2014); Dutra *et al.* (2013), Hanada, D'Oliveira e Schraiber (2010), Santos (2015), Schraiber *et al.* (2012), Scott *et al.* (2016), Silva e Miguel (2016), Soares e Lopes (2018), Vieira e Hasse (2016), e na perspectiva de rede (Santos; Vieira, 2011). Além da ausência de protocolo que permita determinar os fluxos e a organização de referência e contrarreferência dos serviços prestados.

De acordo com Andrade e Rezende (2014); Hanada, D'Oliveira e Schraiber (2010), Kiss, Schraiber e D'Oliveira (2007), Santos (2015), Santos e Vieira (2011), Silva e Miguel (2016), Soares e Lopes (2018) e Viera e Hasse (2016), ocorrem também ausência de maiores investimentos na qualificação/capacitação dos profissionais envolvidos nos atendimentos às mulheres, em temas que privilegiam as discussões e formações em torno da equidade de gênero, garantia de direitos e rede de serviços.

Outros percalços na realização do trabalho desenvolvido pelas redes intersetoriais de atendimento às vítimas de violência foram apontados pelas autoras Schraiber *et al.* (2012), como: a) os diferentes vínculos, objetivos e culturas presentes nas organizações, o que resulta em linguagens institucionais diversificadas,

o que pode representar um obstáculo na efetivação de diálogo entre as organizações da rede e na concretização do trabalho a ser realizado; b) setores que atuam de forma completamente autônoma; c) dificuldades de reconhecimento mútuo e predomínio de desconfiança entre os setores; d) fluxos ainda muito centrado no conhecimento dos indivíduos, dificultando a concretização de relações institucionalizadas; e) desenvolvimento de triagens, porém com déficit em encaminhamentos, não sendo apresentado uma proposta de assistência específica; e) mudança de representantes governamentais, o que pode acarretar alterações nas políticas de governo e ocasionar fragilidades ou descontinuidades dos serviços ofertados.

Dentre os artigos analisados, em três, o de autoria de Dutra *et al.* (2013), Schraiber *et al.* (2012) e Scott *et al.* (2016) existem a menção a rede primária, como importante suporte no enfrentamento a violência contra às mulheres. Neste ponto é importante destacar que, a rede primária refere-se aos vínculos significativos que uma ou mais pessoas mantêm constantemente no decorrer de suas vidas, ou seja, contempla laços de familiaridade, parentesco, vizinhança e amizade, correspondente ao processo de socialização dos indivíduos, de forma autônoma, espontânea e informal. As redes secundárias são efetivadas por meio de atuação coletiva, que pode ser de grupos, instituições e movimentos direcionados a interesses comuns, como destaca Marteleto e Stotz (2009).

De acordo com as autoras Dutra *et al.* (2013), a trama de serviços em atendimento às mulheres inclui atuações de diversificadas áreas, como orientação básica, policial, jurídica, assistência psicossocial, saúde e abrigo, além de incluir a participação familiar/comunitário, em prol do funcionamento da rede. Nesta direção, consideram a existência de diferentes

redes, com possibilidades de se intercruzarem, como a rede sociotécnica, composta por sistemas organizacionais de regulação, que planejam ações que impactam a base do sistema, as redes socioinstitucional, representadas por organizações de natureza governamental e não governamental, como forma de garantir a governança e a sócio humana, de socialização do indivíduo. Para as autoras, compreender os aspectos inerentes a esta última é importante na realização do enfrentamento a violência contra às mulheres, que é instrumentalizado pelas redes sociotécnica e socioinstitucional. Essas três redes compõe a rede social em que a mulher pode recorrer no caso de sofrer violência (Dutra *et al.*, 2013).

Scott *et al.* (2016) consideram que a rede de interconhecimento, composta por vizinhos, parentes e amigos, em muitos momentos mantém conexão com a rede institucional de atendimento à vítima de violência, todavia destacam que essas redes podem apresentar posturas consideradas contraditórias, com episódios de ajuda/suporte, mas também de negação de apoio/assistência, para que as mulheres consigam sair da condição de violência.

4.1.2.2 AGRUPAMENTO REDE INTERSETORIAL DE ATENDIMENTO AOS IDOSOS

Os artigos presentes neste agrupamento possuem viés empírico, sendo realizadas pesquisas empíricas relacionadas ao atendimento deste grupo nas redes às quais tem acesso. Dentre os artigos analisados, predominou a abordagem dos seguintes temas, de acordo com as palavras-chave relacionadas nos artigos: violência, saúde do idoso, serviços de saúde, redes de proteção, direitos do idoso e apoio social. Em todos artigos analisados foi possível constatar a deficiência de atendimento aos

idosos em suas necessidades, tanto na rede formal – que é permeada por

políticas públicas direcionadas à população idosa em geral, agregando serviços de atenção à saúde, instituições jurídicas de garantia dos direitos, órgãos da previdência social, dentre outros” (Souza *et al.*, 2008, p. 1154).

Como pela rede informal ou rede de suporte social que “compreende as redes de relacionamentos entre membros da família, amigos, relações de trabalho, de inserção comunitária e de práticas sociais”, compondo a rede social do idoso (Alvarenga *et al.*, 2011, p. 2604).

Os autores Souza *et al.* (2008) e Cavalcanti e Souza (2010), fazem referência às deficiências da rede de atenção aos idosos em situação de violência e enfatizam que a rede formal se encontra desarticulada e com dificuldades de comunicação. Trata-se assim de uma rede precária de atendimento às necessidades da população idosa, apesar de ser apontada como essencial para o pleno bem-estar destes indivíduos. Outro aspecto ressaltado é de que em muitas situações, as agressões são perpetradas pelos próprios familiares, despreparados no que diz respeito ao cuidado e proteção dos idosos. Desta maneira, é possível concluir que tanto a rede formal como a informal não estão estruturadas de modo a garantir apoio aos idosos.

As conclusões dos artigos foram processadas no software Iramuteq e gerou a seguinte imagem de nuvem de palavras, como apresentada na Figura 3

Figura 3 – Nuvem de Palavras – Rede Intersetorial de Atendimento aos Idosos



Fonte: Dados da Pesquisa.

Foi identificado por meio do método de nuvem, dentre as palavras, as que apareceram com maior frequência estão: idoso, rede, direito, instituição, violência, saúde, social, família, familiar, mencionadas respectivamente, 23, 10, 8, 7, 7, 5, 5, 4 e 4 vezes, na transcrição do corpus textual.

Na rede social dos idosos, observa-se que existe uma composição de rede que leva em consideração as vulnerabilidades que este grupo enfrenta, seja por meio da busca de atendimento aos problemas com a saúde ou a violência doméstica sofrida, com necessidade de obter atendimento global. Apesar da violência muitas vezes ocorrer no ambiente familiar, a rede primária precisa ser fortalecida, no intuito de colaborar na melhoria das condições de vida do idoso, de igual modo a rede institucional/formal necessita estar atuante, sendo extremamente necessária o constante diálogo e interlocução entre essas redes, no intuito de se alcançar a assistência e atendimentos demandados.

4.1.2.3 Agrupamento Rede Intersetorial de Atendimento às Crianças e Adolescentes

Todos os artigos deste agrupamento apresentaram viés empírico por meio do desenvolvimento de pesquisa empírica, em relação ao funcionamento das redes direcionadas a esse público específico, com predomínio das seguintes temáticas, de acordo com as palavras-chave relacionadas nos artigos: atenção primária à saúde, cuidado da criança, saúde mental, terapia ocupacional, apoio social, crianças com deficiência, direitos, Estado, vulnerabilidade social, violência doméstica, rede de proteção, rede de apoio, fator de proteção, abuso sexual, exploração sexual, atores sociais, família, proteção integral, assistência social e intersectorialidade.

Dentre os nove artigos deste agrupamento, os de autoria de Nunes, Kantorski, Coimbra (2016) e Tzesnioski *et al.* (2014) e fazem referência à saúde mental. Tzesnioski *et al.* (2014) apontam que, apesar da necessidade de maior articulação das organizações que prestam serviços, estas ainda funcionam como importante suporte de apoio para a promoção da autonomia e independência dos sujeitos. O estudo demonstrou que existe uma relação estressante das crianças e adolescentes com a família, o que exige ainda mais a presença da rede institucional no apoio às crianças e adolescente e de seus familiares. Já Nunes, Kantorski, Coimbra (2016) acrescentam os aspectos positivos das redes formais e a necessidade de seu constante aprimoramento, pois tem condições de promover através da intersectorialidade

o enfrentamento dos problemas, o envolvimento de pessoas e a criação de espaços de negociações, produzindo resultados mais significativos para o cuidado infantil e juvenil (NUNES; KANTORSKI; COIMBRA, 2016, p. 7)

Barbieri *et al.* (2016) fazem referência a rede de portadores de deficiência visual,

usuários de drogas, a família e a comunidade, sendo necessário o máximo de integração entre essas redes, que apresenta natureza formal e informal.

4.1.2.5 Agrupamento Rede Intersetorial de Atendimento

Neste agrupamento está presente apenas o artigo “Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social”, de autoria de Pereira e Teixeira (2013), que realizaram reflexões teóricas a respeito da intervenção em rede e a intersectorialidade, como princípios norteadores das políticas sociais na contemporaneidade. Nesta direção, o objetivo apresentado pelas autoras neste artigo é de:

levantar e discutir aspectos contextuais, conceituais e tipológicos de redes, intersectorialidade, e como suas concepções são incorporadas na gestão das políticas sociais, em especial na política de assistência social (Pereira; Teixeira, 2013, p. 114).

Realizando assim, uma discussão relacionada às redes intersectoriais e seus desdobramentos nas políticas sociais, viabilizadas e desenvolvidas no Brasil, em resposta às demandas de grupos sociais, que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Com base nos agrupamentos apresentados foi possível observar que estas redes apresentam algumas similaridades, como as mencionados na sequência:

- Tratam-se de redes intersectoriais de atendimento a grupos sociais historicamente excluídos da sociedade;
- Trabalham com conceito de rede social ampliada, composta pela rede informal, isto é, de sociabilidade dos indivíduos, e a rede formal, onde estão as organizações e os profissionais responsáveis por prestar serviços;

- Apesar da busca por estabelecer diálogo e desenvolver trabalho conjunto entre as organizações, os autores mencionaram que as redes se encontram ainda fragilizadas e fragmentadas, onde existe um descompasso e desarticulação na oferta dos serviços.
- A capacitação/formação dos profissionais que atuam nas redes, ainda ocorre de forma incipiente e descontínua, o que prejudica a oferta dos serviços de forma qualificada aos grupos sociais demandantes por assistência.

5 CONCLUSÃO

É imprescindível destacar que é no cenário de ampliação dos recursos tecnológicos, potencializados pela TICs; de uma nova relação da sociedade civil com órgãos governamentais; de coparticipação na implementação das políticas públicas e a ação direcionada dos movimentos sociais, com ações propositivas e direcionadas às áreas temáticas, que ocorrem a implantação de redes denominadas como intersectorial, constituídas por organizações governamentais e não governamentais, em prol do atendimento às demandas de determinados grupos sociais.

Assim, a política de descentralização do Estado tem resultado em incentivo à formação destas redes, sobretudo por meio de implementação de políticas públicas, como forma de compartilhar as responsabilidades pelo atendimento aos públicos específicos, através da proposta em desenvolver um trabalho conjunto, de parceria entre a sociedade civil, movimentos sociais e organizações governamentais.

Ressalta-se que a produção deste artigo teve a intenção de mapear os estudos mais recentes sobre as redes intersectoriais, realizado em duas plataformas digitais e com a escolha de quatro diferentes descritores, no intuito de

se alcançar o maior número de produções sobre o tema. No entanto, é necessário salientar que este estudo não esgota a possibilidade de encontrar outros resultados, seja por meio de ampliação das pesquisas em outras plataformas digitais e escolha de outros descritores.

A realização do estado da arte permitiu constatar uma produção ainda incipiente sobre às redes intersetoriais, sobretudo referentes às discussões mais aprofundadas dessas redes e os desdobramentos de sua atuação na sociedade. Não sendo observado investimento teórico e analítico de redes, dentre os artigos analisados.

Em relação aos periódicos de publicação, verificou-se a ocorrência em periódicos distintos, entretanto, através da leitura dos artigos foi possível constatar a predominância das áreas da saúde pública e políticas públicas.

Como tipo de pesquisa, o destaque é para a abordagem qualitativa, mais realizada dentre as produções analisadas, porém foi verificado a adoção em alguns artigos, somente da abordagem quantitativa ou uma junção de quali-quantitativa. A técnica mais empregada foi a entrevista.

O maior número de artigos ficou concentrado em duas áreas temáticas, no agrupamento Rede Intersetorial de Atendimento às Mulheres e Rede Intersetorial de Atendimento às Crianças e Adolescentes, com treze e nove produções, respectivamente. No primeiro grupo as discussões se concentraram no funcionamento da rede intersetorial, como possibilidade de enfrentamento à violência contra às mulheres e no segundo grupo, também em relação ao funcionamento da rede, no apoio de assistência psicossocial e como importante instrumento no enfrentamento a violência infanto-juvenil e de situações de vulnerabilidade social.

Isto posto, ressalta-se que é salientado pelos estudiosos destas redes, em todos os agrupamentos analisados,

que as dificuldades de diálogos e interconexão entre as organizações que prestam os serviços ocasiona a fragmentação da rede Intersetorial de atendimento, não contemplando a oferta de um trabalho de modo integral aos públicos a que se destinam. A falta de capacitação em temas específicos e sobre redes torna-se também um obstáculo para o pleno funcionamento destas redes.

Nos artigos houve ênfase que quando as redes intersetoriais estão bem articuladas, por meio do compartilhamento de responsabilidades e compromisso entre as partes envolvidas, existem maiores possibilidades de alcance dos direitos sociais, almejados pela população demandante dos serviços, com significativos reflexos na redução da exclusão social. Por isso, os autores dos artigos analisados, destacam a importância da efetiva implementação das políticas públicas e sociais, como forma de contemplar as necessidades urgentes de grupos sociais, que muitas vezes se encontram em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SILVA, Ana Cristina Serafim da; GOMESA, Vanessa Cavalcante; SANTANA, Roberta Valesca Mota; SOARES, Âdria Melo. Os agentes sociais da rede de proteção e atendimento no enfrentamento da exploração sexual comercial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [S. l.], v. 25, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/5Cc87rwM7FKF9wxVMKCNS6n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2018.

ALVARENGA, Márcia Regina Martins; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos; DOMINGUES, Marisa Accioly Rodrigues; AMENDOLA, Fernanda; FACCENDA, Odival. Rede de suporte social do idoso atendido por equipes de Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 16, p. 2603-2611, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/tK47vx7ZZwW6scDbbFdX6kQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2018.

AMORIM, Talila Arrais; TEIXEIRA, Solange Maria. Gestão social e em redes: uma estratégia de gestão na política de assistência social brasileira no contexto neoliberal. *In*: SILVA, Maria do Rosário de Fátima e; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo; GUIMARÃES, Simone de Jesus (org.). **Questão social e políticas públicas na atualidade**. Teresina: EDUFPI, 2017. p. 177 - 193. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/EDUFPI/Livro_valendo210818.pdf. Acesso em: 7 mar. 2018.

ANDRADE, Luciana Vieira Rubim; REZENDE, Daniela Leandro. Rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência em Viçosa, Minas Gerais. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 14, n. 1, p. 207-225, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3935/Rede%20N%C3%A3o%20Especializada%20de%20Atendimento%20C%3%A0%20Mulher%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Vi>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BARBIERI, Mayara Caroline; BROEKMAN, Gabriela Van Der Zwaan; SOUZA, Renata Olzon Dionysio de; LIMA, Regina Aparecida Garcia de; WERNET, Monika, DUPAS, Giselle. Rede de suporte da família da criança e adolescente com deficiência visual: potencialidades e fragilidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 21, n. 10, p. 3213-3223, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZSYzx8LfZtxmmD3gBYzhxpM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2018.

BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

CARVALHO, Grasielle Borges Vieira de; BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. Perspectivas para a humanização e

ampliação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência: a casa da mulher brasileira. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 71-82, 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/2915/1810>. Acesso em: 12 mar. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2010.

CAVALCANTI, Maria de Lourdes Tavares; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Percepções de gestores e profissionais de saúde sobre a atenção aos idosos vítimas de violências no município do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 15, n. 6, p. 2699-2708, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RktjXDjDG5z4zMGQGkmywy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CHIARI, Antônio Paulo Gomes *et al.* Rede intersetorial do Programa Saúde na Escola: sujeitos, percepções e práticas. **Cadernos de saúde pública**, [S. l.], v. 34, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/d9GHPC4rF9WJkQxyqmbZCG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2018.

COSTA, Pedro Henrique Antunes; MOTA, Daniela Cristina Belchior; Paiva, Fernando Santana de; RONZANI, Telmo Mota. Desatando a trama das redes assistenciais sobre drogas: uma revisão narrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 20, p. 395-406, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3pknv5vsfgcT3qk3Zz5hchK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25. mar. 2018.

DUTRA, Maria de Lourdes; PRATES, Paula Licursi, NAKAMURA, Eunice; VILLELA, Wilza Vieira. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. The configuration of the social network of women living in domestic violence situations. **Ciência & Saúde**

Coletiva, [S. l.], v. 18, n. 5, p. 1293-1304, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/K77HzVKqLpCgjCpqGD8qQ8C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GONÇALVES, Antônio Sérgio; GUARÁ, Isa Maria F. R. Redes de proteção social na comunidade: por uma nova cultura de articulação e cooperação em rede uma convivência grupal que mobiliza, protege e desenvolve seus participantes. In: GUARÁ, Isa Maria F. R. (org.). **Redes de proteção social**. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro4.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.

GONÇALVES, Gomes; FABIANE, Cláudia; SILVA, Pereira da; MARIA, Lygia; PITANGUI, Rodarti, CAROLINA, Ana; SILVA, Cibele da; Santana, Cintia de; VIRGÍNIA, Marcela. Atuação em rede no atendimento ao adolescente vítima de violência: desafios e possibilidades. **Texto & Contexto Enfermagem**, [S. l.], v. 24, n. 4, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/KkJyFdT7kNQfVL3sLChbFpC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2018.

GROSSI, Patrícia Krieger; PEDERSEN, Jaina Raqueli; VINCENSI, Jaqueline Goulart; FIGUEIRA, Sônia Maria de Almeida. Prevenção da violência contra mulheres: desafios na articulação de uma rede intersetorial. Athenea Digital. **Revista de pensamento e investigación social**, [S. l.], v. 12, n. 3, 2012. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v12-n3-krieger-pedersen-vincensi-et-al/1112-pdf-pt>. Acesso em: 12 maio 2018.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; RAMOS, Michele da Silva; KOLLER, Sílvia Helena. A revelação de abuso sexual: As medidas adotadas pela rede de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 467-473, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/Zs6C6DvBkVvgdt6hSTMVv6g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2018.

HANADA, Heloisa; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lília Blima. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. **Estudos Feministas**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 33, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/NT9hzc5kt6qFB4VGCJZkT64m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2018.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates, SILVA, Maria de Fátima. Ação intersetorial na saúde. In: CORÁ, Maria Amelia Jundurian, JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates. **Redes sociais e intersetorialidade**. São Paulo: Tiki Books, 2016, p. 13-40. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/neats/Redes-sociais-e-intersetorialidade.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2018.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates. **Redes sociais e intersetorialidade**. São Paulo: Tiki Books, 2016. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/neats/Redes-sociais-e-intersetorialidade.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2018.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 3, n. 3, mar./abr., 1998. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/12980>. Acesso em: 17 maio 2018.

INOJOSA, Rose Marie; JUNQUEIRA, Luciano A. Práticas e saberes: desafios e inovação em gestão social. **O&S**, [S. l.], v. 15, n. 45, p. 171-180, 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10957/7883>. Acesso em: 11 abr. 2018.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos Fundap**, [S. l.], v. 22, p. 102-110, 2001. Disponível em: https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf. Acesso em 12 mar. 2018.

INOJOSA, Rose Marie. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 35-48, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7698/6271>. Acesso em: 10 de abr. 2018.

LINS, Cynthia de Freitas Melo. **Apostila de Iramuteq**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2017.

LOURES, Bárbara Pereira; COSTA, Pedro Henrique Antunes da; RONZANI, Telmo Mota. As redes sociais no cuidado aos usuários de drogas: revisão sistemática. **Psicologia em Estudo**, [S. l.], v. 21, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28489/pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018

MARTELETO, Regina Maria; STOTZ, Eduardo Navarro. **Informação, saúde e redes sociais**: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré. Editora Fiocruz, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/23585/marteleteo-9788575413319.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MORAES, Cássia Araújo. Violência doméstica contra a criança e rede de proteção social: uma análise sobre articulação em rede. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 119-144, 2012. Disponível

em:<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/13257/11640>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MORAIS, Normanda Araújo de; KOLLER, Sílvia; RAFFAELLI, Marcela. Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Universitas Psychologica**, [S. l.], v. 11, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rups/v11n3/v11n3a08.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; SILVA, Marcelo Kunrath. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 16, n. 31-Supl, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/LHgb45mQwZCyxFHSdcfJSGr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2018.

NUNES, Cristiane Kenes; KANTORSKI, Luciane Prado; COIMBRA, Valéria Cristina Christello. Interfaces entre serviços e ações da rede de atenção psicossocial às crianças e adolescentes. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngen/a/pr4gFN8kNZ49wK88xyCVvWJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2018.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange. Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos**, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12990/9619>. Acesso em: 5 abr. 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Portal de periódicos CAPES: Missão e objetivos. **CAPES Periódicos**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/index>

.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=109. Acesso em: 30 jun. 2018.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 6, n. 19, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176/22872>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SANTOS, Cecília MacDowell. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. **Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 577-600, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GmQ6rgnWCrhfFRHFgRxXCmL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2018.

SANTOS, Manoel Antônio dos; VIEIRA, Elisabeth Meloni. Recursos sociais para apoio às mulheres em situação de violência em Ribeirão Preto, SP, na perspectiva de informantes-chave. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 36, p. 93-108, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/ZYXk53D897JtWkBfVDHnctQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SCHRAIBER, Lília Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; HANADA, Heloisa; KISS, Ligia. Assistência a mulheres em situação de violência: da trama de serviços a rede intersetorial. **Athenea Digital. Revista de pensamento e investigación social**, v. 12, n. 3, 2012. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v12-n3-schraiber-pires-hanada-et-al/1110-pdf-pt>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SCOTT, Parry; NASCIMENTO, Fernanda Sardelich; CORDEIRO, Rosineide; NANES, Gisele. Redes de Enfrentamento da Violência contra Mulheres no Sertão de Pernambuco. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/VLsTmDCLGtfcJg4kvPfpGML/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 abr. 2018.

SILVA, Cláudia Maria Ferreira; MIGUEL, Ângela Maria. A rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência, no município de Viçosa/MG. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 16, n. 1, p. 26-41, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3935/Rede%20N%C3%A3o%20Especializada%20de%20Atendimento%20%C3%A0%20Mulher%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Vi>. Acesso em: 5 jun. 2018.

SILVA, Ethel Bastos da; PADOIN, Stela Maris de Mello; VIANNA, Lucila Amaral Carneiro. Mulher em situação de violência: limites da assistência. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 20, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/STQJrnBbZcpGwxqZKkptpgN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2018.

SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli; LOPES, Marta Julia Marques. Experiências de mulheres em situação de violência em busca de atenção no setor saúde e na rede intersetorial. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/6qjJ6qSmHMpZD4ZP4qwX8NVy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2018.

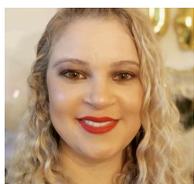
SOUZA, Edinilsa Ramos de; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto; ATIE, Soraya; SOUZA, Amaro Crispim de; MARQUES, Christiane da Cunha. Rede de proteção aos idosos do Rio de Janeiro: um direito a ser conquistado. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 13, p. 1153-1163, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5qjfVqfnrfvPTxZzFmDr37F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2018.

VIEIRA, Elisabeth Meloni; HASSE, Mariana. Percepções dos profissionais de uma rede

intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência.

Interface-Comunicação, Saúde, Educação, [S. l.], v. 21, p. 52-62, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/CXcfNwpDWsKM4rmmnVPf7Ln/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2018

TSZESNIOSKI, Luíse Cássia de; NÓBREGA, Keise Bastos Gomes da; LIMA, Maria Luiza Lopes Timóteo de; FACUNDES, Vera Lúcia Dutra. Construindo a rede de cuidados em saúde mental infantojuvenil: intervenções no território. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hdcRZtgTgV FgYnyQFLcZHZr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mai. 2018.



PALLOMA ROSA FERREIRA

Graduada em Gestão de Cooperativas, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Mestre em Extensão Rural também pela UFV e Doutorado em Economia Doméstica/UFV. É membro do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Humano, Social e Vida Cotidiana. Atualmente atua como pesquisadora, cursando Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento

Regional (PPGDR), pela Universidade Federal de Tocantins (UFT).

DIEGO NEVES DE SOUSA



Pós-doutor do Programa em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (UFT), doutor em desenvolvimento rural (UFRGS), mestre em extensão rural (UFV), gestor de cooperativas (UFV) e sociólogo (UNIP). Atuo nos processos de transferência de tecnologia, no desenvolvimento tecnológico, na elaboração de planos de marketing e de comunicação, além de estudos prospectivos/socioeconômicos e na extensão inovadora conduzidos pela Embrapa Pesca e Aquicultura relacionados aos temas: pesca e aquicultura; sistemas agrícolas integrados; alimentação; desenvolvimento rural e regional; políticas públicas da agricultura familiar; extensão rural, pesqueira e aquícola; inovação social e inclusão produtiva para os atores do meio rural.